

PLANO DE ENSINO**Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas****PROFESSOR:** DR. EDUARDO VERA-CRUZ PINTO**DISCIPLINA:** TUTELA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA JURISDIÇÃO INTERNACIONAL**CARGA HORÁRIA:** 45 H/A**CRÉDITOS:** 03**I – EMENTA**

A construção histórica dos direitos humanos, o Estado Democrático de Direito e os direitos fundamentais. O sistema internacional de proteção aos direitos humanos e a proteção conferida pela Jurisdição Internacional. Garantias processuais e os instrumentos de efetividade de direitos humanos no plano internacional. A proteção aos direitos da personalidade e os novos direitos. Estudo de Casos.

II – BIBLIOGRAFIA

ALTAVILA, Jayme. Origem dos Direitos dos Povos. 10ª ed. SP:Ícone, 2004.

ALVES, José A.Lindgren. Os Direitos Humanos na Pós-modernidade. SP:Perspectiva, 2013.

ANNONI, Danielle(Org.). Os Novos Conceitos do Novo Dir. Internacional: Cidadania, Democracia e Dir. Humanos. RJ:América Jurídica, 2002.

BLANC, Antonio A. La protección internacional de los derechos humanos a los cincuenta años de la Declaración Universal. Madrid:Tecnos, 2001.

BRAGA, Fernando U. Naturaleza Jurídica de la Protección Internacional de los Derechos Humanos. Montevideo:Fund.de Cultura Universitaria,1992.

CANÇADO TRINDADE, Antônio A. Tratado Internacional dos Dir. Humanos. V. I,II e III. P.Alegre:Sérgio Fabris Editor,1998, 1999 e 2003.

CAPPELLETTI, Mauro. Human rights and the proceduralist s role. In: SCOTT, I.R. (Ed.). International Perspectives on Civil Justice. London: Sweet & Maxwell, 1990, p.1-10.

CARRION, Valentim. O acesso à justiça. Rev. do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, n.1, v.14, p.413-15, jan/dez, 1985.

Convenção Americana de Direitos Humanos.

Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

DOSWALD-BECK, Louise; KOLB, Robert. Judicial Process and Human Rights. United Nations, European, American and African Systems. Texts and summaries of international case-law. Kehl; Strasbourg; Arlington, Va. N.P.:Engel Publisher, 2004.

EISSEN, Marc-André. The Lenght of Civil and Criminal Proceeding in the Case-Law of the European Court of Human Rights. Strasbourg:Concil of Europe Publishing,1996. Human Rights

Files, n.16.

FACHIN, Luiz E. A tutela efetiva dos dir. humanos fundamentais e a reforma do Judiciário. In:RENAULT, Sérgio Rabello Tamm; BOTTINI, Pierpaolo (Orgs.). Reforma do Judiciário. SP: Saraiva, 2005, p.225-241.

FERNÁNDEZ GARCÍA, Eusebio. Dignidad Humana y Ciudadanía Cosmopolita. Cuadernos Bartolomé de las Casas 21. Madri:Instituto de Derechos Humanos Bartolomé de Las Casas/Universidad Carlos III de Madri/Dykinson, 2001.

GALINDO, G.R. Bandeira. Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Constituição Brasileira. B.Horizonte: Del Rey, 2002.

HERNÁNDEZ GOMES, Isabel. Sistemas Internacionales de Derechos Humanos. Madri: Edit. Dykinson, 2009.

JIMÉNEZ DE ARECHAGA, Eduardo. El Derecho Internacional Contemporáneo. Madri: Editorial Tecnos, 1980.

LIMA, Francisco G.Marques de. Fundamentos Constitucionais do Processo: Sob a perspectiva da eficácia dos direitos e garantias fundamentais. SP: Malheiros, 2002.

LOUREIRO, Sílvia M. da Silveira. Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos na Constituição. B.Horizonte: Del Rey, 2005.

PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; DIMOULIS, Dimitri. Direito constitucional e internacional dos direitos humanos. B.Horizonte: Forum, 2012.

PEREIRA, Antonio C.Alves. O acesso à justiça e a adequação da legislação brasileira aos instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos. In:TRINDADE, Antônio A.Cançado (Ed.). A Incorporação das Normas Internacionais de Proteção dos Dir. Humanos no Dir. Brasileiro. 2ª ed. San José, Costa Rica:Instituto Interamericano de Direitos Humanos, 1996, p.191-204.

PIOVESAN, Flavia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. SP: Saraiva, 2008.

SANT ANA, Janice C.Freire. O Brasil e a Execução de Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Florianópolis: Mestrado em Direito pela UFSC, 2001.

SARLET, Ingo W. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais. 9ª ed. P.Alegre: Liv.do Advogado, 2012.

SOARES, Fábio C. Acesso do hipossuficiente à Justiça, a Defensoria Pública e a tutela dos interesses coletivos lato sensu dos necessitados. In:QUEIROZ, Raphael A.Sofiati (Org.). Acesso à Justiça. RJ: Lumen Juris, 2002, p.69-107.

SORIANO, Ramón. Historia Temática de los Derechos Humanos. Sevilla: MAD, 2003.

TRINDADE, Antônio A.Cançado. A Humanização do Direito Internacional. B. Horizonte: Del Rey, 2006.